

FONTES MATERIAIS E FONTES ESCRITAS: ESTUDO DE CASO DA *HISTÓRIA DE ROMA* DE TITO LÍVIO*

Lucia Cutro**

CUTRO, L. Fontes materiais e fontes escritas: estudo de caso da *História de Roma* de Tito Lívio. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 9: 127-141, 1999.

RESUMO: O presente artigo traça um paralelo entre a questão da interpretação das fontes materiais e das fontes escritas a partir da análise da *História de Roma* de Tito Lívio, a fim de demonstrar que estas últimas, embora forneçam a impressão de que sua interpretação é menos problemática e mais imediata, apresentam problemas de interpretação em virtude da sua manipulação e deturpação.

UNITERMOS: Fontes – Tito Lívio – História de Roma.

Introdução: relações e problemas entre fontes materiais e fontes escritas

Ao trabalharem com fontes materiais, os arqueólogos deparam com o problema da interpretação. Em contrapartida, o trabalho com fontes escritas pode fornecer-lhes a impressão de que sua interpretação é menos problemática e mais imediata. Veja-se, por exemplo, como ponto de encontro entre fontes textuais e vestígios materiais a epigrafia: apresenta as características de um texto escrito (está grafado sobre um suporte, pode ser lido e copiado, tal como um livro ou manuscrito) e as características arqueológicas (foi encontrado num determinado local, tem forma particular, eventual função arquitetônica e, muitas vezes, é portador

de uma simbologia que pode informar mais que um texto).

Percebe-se que, à primeira vista, as fontes textuais apresentam-se mais homogêneas que as informações arqueológicas, pois, as primeiras, se situam no nível da linguagem, aparentando deixar claro o que querem dizer, ao passo que as segundas contêm informações virtuais que necessitam ser decodificadas e traduzidas para um enunciado verbal. Existem como documentos somente pela formulação, ou seja, “a etapa intermediária de enunciação verbal que intervém no tratamento dos dados arqueológicos para fazê-los existir como documentos cria um deslocamento entre eles e os textos: um e outro não se situam no mesmo grau de abstração” (Bruneau 1974: 34). Além disso, o terreno arqueológico resulta de um jogo conjunto da fabricação humana (atos humanos), instaurador de um sistema técnico, somado aos fatores naturais que destroem tal sistema. É uma estrutura mas não é estruturante, fato que é uma característica essencial da linguagem e, portanto, “informações textuais e vestígios materiais são duplamente heterogêneos: atrelados a níveis diferentes de abstração.

(*) Este artigo é parte do trabalho final do curso de pós-graduação “Arqueologia e Religião: questões de método e estudos de caso”, ministrado pela Profa. Dra. Elaine Farias Veloso Hirata (MAE) no segundo semestre de 1998.

(**) Pós-graduanda em História Social, Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Não são de natureza idêntica e apresentam entre eles somente analogias” segundo Bruneau (1974: 35).

Considerando a questão das fontes escritas, pode-se dizer que a linguagem em que se apresentam é apropriada à narração e à explicação dos motivos e das suas intenções. Os textos têm um papel fundamental: os acontecimentos estão lá relatados, os procedimentos e as necessidades às quais eles respondem estão lá indicados, assim como lá está atestada a existência de objetos materiais percebíveis e, por isso, não apreensível à Arqueologia, mas cuja realidade pode trazer muito à interpretação.

Verifica-se que nas últimas décadas, o desenvolvimento considerável da pesquisa arqueológica sobre um mundo tradicionalmente conhecido através dos textos convida ao exame das relações entre estes dois modos de informação.

A relação entre textos e vestígios arqueológicos pode ser analisada na qualidade de “modelos de informação” Bruneau (1974: 35) expressa sua opinião sobre o papel dos textos com relação à Arqueologia na seguinte afirmação: “os textos não intervêm nas etapas de escavação, classificação e datação do material... intervêm na última etapa da Arqueologia e seu fim último: a interpretação, operação pela qual o arqueólogo abstrai dos vestígios materiais as informações que contribuem para o conhecimento da cultura que está em questão”. portanto, “é na teoria geral da interpretação que se pode reconhecer a contribuição dos textos na pesquisa arqueológica” (1974: 35-36).

No entanto, existem outros posicionamentos: para alguns, a Arqueologia torna-se um substituto da informação textual faltosa ou lacunar. É a concepção que subentende a idéia que a História – definida pelo seu caráter de informação e não pelo seu objeto – começa a partir do momento em que existem textos; antes disso existe apenas a Arqueologia e, daí a sua utilidade. Este é o posicionamento de Finley, para o qual a “contribuição da Arqueologia para a História é, grosso modo, inversamente proporcional à quantidade e qualidade das fontes escritas disponíveis” (1989: 96). Ela presta-se a confirmar o que os historiadores antigos escreveram e, neste ponto, Finley encontra uma finalidade para a Arqueologia: “Se muitas vezes ocorre que a utilidade da Arqueologia para a História cresce com o aumento da documentação, é também verdade que certos tipos de documentação tornam a Arqueologia mais ou menos desnecessária. Se tivéssemos colocado a questão de Acragas para a Idade Média,

teríamos encontrado a resposta nos registros papais e diocesanos” (1989: 104-105), ou seja, quanto mais abundantes as informações textuais, menos útil é a Arqueologia. Para outros, quando os textos são numerosos (caso da História Grega e Romana), a Arqueologia aparece muitas vezes como uma simples ilustração de fatos previamente conhecidos. “Nesta Arqueologia de ilustração os fatos sociológicos saídos dos objetos não têm chance de diferir dos que serviram para interpretá-los. A maior parte dos dados arqueológicos deve ser inserida na problemática histórica limitada àquela que subentende a informação textual; a maior parte está arriscada de aparecer como desprovida de importância histórica ou ligada a atribuir à descoberta arqueológica os *acontecimentos históricos*” (Bruneau 1974: 40), portanto neste caso, a Arqueologia complementa os dados textuais ou retifica-os.

Entretanto, esta hierarquia muitas vezes admitida entre textos e vestígios materiais tende a se modificar à medida que se percebe que os textos expressam uma compreensão incompleta e subjetiva do que está contido nos vestígios arqueológicos. Também no caso de uma contradição entre informação textual e informação arqueológica, a segunda tem toda chance de ser mais digna de crença que a primeira. Detectando nos objetos as informações que escapam à consciência dos usuários, não aparece mais como uma ilustração nem como substituto da informação inexistente ou complemento da informação lacunar.

No estudo da História Antiga é costumeiro o questionamento acerca da autenticidade do material textual disponível. No século XIX e início do século XX, os positivistas, tal como Fustel de Coulanges na sua obra *La Monarchie franque* (1888), compartilhavam do seguinte preceito: “a leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” (Le Goff 1990: 536). Desta crença desmesurada dos positivistas que preconizavam uma indubitável verdade transmitida pelos documentos textuais, passou-se à hipercrítica dos mesmos que nega a credibilidade em toda a tradição textual e historiográfica antiga. “Ancorada em reconstruções sistemáticas e contraditórias que, conseqüentemente desmoronavam uma atrás da outra, a hipercrítica, diante do fracasso de teorias

amiúde artificiais que provavam ser mais a imaginação de seus autores que fruto natural da investigação histórica” (Heurgon 1982: 279-280), foi sendo muitas vezes derrubada pelas descobertas arqueológicas, tal como demonstraram A. Alföldi em sua obra *Early Rome and the Latins* (1965) ao confirmar o relato liviano sobre o caráter cultural romano e latino e a etruscanização de Roma a partir da Arqueologia e F. Castagnoli em *Topografia romana e tradizione storiografica su Roma Arcaica* que, ao cruzar dados arqueológicos de templos romanos com a narrativa liviana, confirmou as datas fornecidas por Tito Lívio.

Entre estas duas posições opostas (hipocrítica e hiper-crítica, respectivamente) encontrou-se uma via intermediária. Hoje as fontes textuais são analisadas considerando-se que “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado... O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente” (Le Goff 1990: 547-48).

Com base na afirmação de Le Goff, pode-se depreender que em hipótese alguma as fontes textuais apresentam-se imediatas, transparentes e verdadeiras, muito pelo contrário. Elas representam o imaginário da sociedade à qual pertenceram, a mentalidade da época em que foram compostas, são a prova da subjetividade de quem as registrou, são o campo de batalha dos contrastes sociais, estão sempre predispostas a divulgar um preceito e, a cada vez que são reutilizadas, podem ter seu significado deturpado ou simplesmente utilizado em favor de outros interesses. Nesta perspectiva, pode-se enquadrar e analisar a obra de Tito Lívio – *História de Roma* (em especial o Prefácio e os livros VI ao X) – como um estudo de caso dos problemas apresentados pelas fontes textuais.

Estudo de caso da *História de Roma* de Tito Lívio

A escrita histórica no mundo antigo

Antes de se analisarem os métodos historiográficos de um historiador antigo, o propósito da

sua obra e as fontes que utilizou, é preciso considerar a natureza da própria escrita histórica antiga.

A historiografia romana nasceu com dois autores de *Annales* em língua grega, *Fabius Pictor* e *Cincius Alimentus*, cujos fragmentos que chegaram a nossa época demonstram que estes autores se ativeram a questões de cunho político e bélico, além de ter sido conferida uma atenção especial para aspectos da vida religiosa e cotidiana. As suas obras seguiam a base analítica, ou seja, registravam os fatos espelhando o esquema cronístico, narrado ano a ano. O pontífice máximo desde tempos muito antigos (supõe-se que do início do século IV a.C. ou talvez da metade do V a.C.) anotava na *tabula dealbata*, ao fim de cada ano, os fatos ocorridos que julgava mais importantes, tais como o início do consulado com o nome dos magistrados, operações militares, leis aprovadas pelos comícios, decretos do Senado, consagração de templos, prodígios e outros fenômenos naturais, como eclipses solares e lunares, e os expunha ao público, seguindo uma prática muito antiga que teria sido encerrada no pontificado de *Publius Mucius Scaevola*, entre os anos de 130-114 a.C.

Os anais dos pontífices (*Annales Maximi*) forneceram o modelo e o material essencial que viria a ser a primeira escrita histórica, não somente eles, mas certamente foram a base. Outro material disponível aos primeiros historiadores era constituído da documentação também proveniente dos arquivos sacerdotais, dos templos, dos arquivos das famílias ilustres, das inscrições, dos elogios fúnebres e dos discursos políticos. Algumas passagens livianas podem dar uma idéia deste estilo (III, 6, 1 e IV, 30, 7). A grande novidade desta escrita na forma de *Annales* é que pela primeira vez traduziram sobre um plano artístico a crônica pontifícia, transformando o documento em obra literária. Para tanto, “os analistas certamente tiveram de reelaborar o material dos *Annales Maximi* a fim de torná-los historicamente inteligíveis, aplicando os princípios da composição retórica na reconstrução da história de Roma” (McDonald 1957: 156).

A historiografia romana nasceu num momento histórico muito significativo – no fim da Segunda Guerra Púnica –, um momento que prenunciava um período novo e que por esse motivo levou a repensar e a recuperar o passado. Foi a consciência do revés histórico representado pela Segunda Guerra Púnica que fez nascer o desejo de uma revisão do passado e, portanto, o nascimento da historiografia

com *Fabius Pictor* e *Cincius Alimentus*. Em seguida, desenvolveu-se em mais três períodos distintos: o segundo que corresponde ao século II a.C., ou seja, à época das conquistas orientais; o terceiro ao final do século II a.C., ou seja, à época gracana e o quarto à primeira metade do século I a.C., podendo ser definido como época silana ou pós-silana. Não é, portanto, casual que a historiografia romana nasce após a Segunda Guerra Púnica. Ela não nasceu exclusivamente devido a um simples objetivo apologético, mas sim devido a uma necessidade de estar ciente, a um desejo de identificar-se, no qual o motivo apologético tem sua importância, mas somente se visto na seguinte perspectiva: a de compreensão do próprio passado e da própria cultura num momento onde se advertem os sintomas da mudança e num momento em que se quer assegurar a identidade e a continuidade, ou seja, serem sempre os mesmos, os romanos filhos de Enéas e de Rômulo, ligados às tradições antigas e ao culto.

Neste aspecto, pode-se falar simultaneamente de uma motivação conservadora e inovadora. A conservação é evidente na própria estrutura das obras analísticas que retomaram o modelo da tábua pontifícia: conservação significa resgate, afirmação da identidade em um momento de passagem. A novidade é a transformação em obra literária das várias tradições documentais: a *tabula*, as inscrições, os tratados, os elogios fúnebres, as orações, os arquivos sacerdotais, em suma, toda a memória de Roma e das famílias mais ilustres. “Um arquivo heterogêneo, malgrado com espaços vazios ou manipulados, uma memória rica e desordenada torna-se obra literária completa” (Sacchetti 1996: 158). Imagina-se que a primeira analística tenha de ter empreendido uma completa operação de reexame e confrontação para chegar a esta síntese, e tal operação foi profundamente inovadora no sentido de que se revolveu o passado com uma postura crítica e criativa, o que não condiz com os críticos da analística romana arcaica que costumam argumentar que esta apresenta uma excessiva “economia” de detalhes. Este argumento caracteriza a historiografia latina desde o seu surgimento, mas a narração, desenvolvida através do esquema anual, não deveria ser assim restrita e privada de espírito crítico. Pelo contrário, a adoção do esquema analítico parece testemunhar uma profunda ligação com a vida política de Roma, com suas dinâmicas internas. Quando muito, o caráter restrito da analística arcaica pode ser verdadeiro no plano estilístico,

mas relativo no plano do conteúdo. Os historiadores antigos escreviam – no viés analítico – sobre diversos fatos, sobretudo escreviam por uma exigência crítica, reflexiva, não pelo gosto vazio de reproduzir as tábuas pontifícias. Portanto, o argumento acerca da “economia” da analística arcaica deve ser reconsiderado e modificado.

A historiografia nasceu por uma necessidade de compreensão do próprio ambiente. Nasceu de um contexto problemático que se propunha interpretar em vista das novidades presentes. Não pôde, portanto, ser uma exposição “econômica” e esquemática pois não nasceu como exercício compilativo de eruditos distantes do mundo, mas sim como reflexão sobre a realidade política da parte de escritores que foram políticos, logo, como indagação aberta, também ideologicamente orientada.

No final do século II a.C., ou seja, a época gracana, momento delicado da vida político-institucional de Roma, a historiografia interpretou a exigência da mudança articulando-se em mais estruturas. Continuou no viés analítico e gerou duas técnicas novas: a monografia (voltada para um só assunto, às vezes referente ao passado) e a *historia* (narração contínua de vários assuntos, tal como a analística e sempre referentes à época mais próxima do autor, como uma espécie de “parte final” mais aprofundada de uma tradicional obra analística).

A historiografia pós-silana representada por *Claudius Quadrigarius*, *Valerius Antias*, *Licinius Macer* e *Aelius Tubero*, após os experimentalismos da geração precedente, dedicou à história contemporânea um espaço maior, mas manteve a estrutura analística. “Nesta postura conservadora, a analística se delineou como a forma republicana por excelência, a forma antiga da boa ordem antiga que se procura manter viva e que, em seguida, em Tito Lívio e sobretudo em Tácito, será evocada com nostalgia. Me parece que no momento mais crítico para a República, a estrutura analística – sua expressão mais direta – assumiu um significado ideológico e sentimental, destinado a caracterizá-la no futuro” (Sacchetti 1996: 166). Ocorreu uma combinação do antigo e do novo (analística e história contemporânea, respectivamente): a narração anual foi integrada, enriquecida, tornou-se uma narrativa mais articulada. É este o experimento em que Tito Lívio se baseará para realizar sua vasta obra: um entrecruzar de vários planos narrativos, de relato analítico e episódico – “epopéia de um povo e galeria de retratos” (Sacchetti 1996: 167).

Os primeiros analistas não dispunham de documentação pontifícia anterior à metade do século V a.C. e isto deixou à margem os séculos VI-V a.C., mas se por um lado o período régio podia ser enriquecido com relatos lendários, o primeiro período republicano, ou seja, o fim do século VI a.C. e a primeira metade do século V a.C. permaneceu descoberto. A partir da metade do século V a.C., a crônica pontifícia talvez existisse, mas no início do século IV a.C. o incêndio do Capitólio durante a ocupação gaulesa determinou a perda da documentação ou pelo menos, seu drástico empobrecimento. Portanto, por todo o período compreendido entre o fim do século VI e início do IV a.C., a documentação que os analistas dispunham era escassa, seja porque a crônica pontifícia não existia, seja porque a primeira parte desta foi destruída. Os acontecimentos deste período provavelmente foram reconstituídos pelos analistas e esta história foi narrada de maneira sintética, resumida.

Se configurou, assim, para as obras históricas mais antigas, um andamento tripartido no qual se sucederam três modos diferentes de narrar: uma primeira parte lendária sobre as origens míticas da cidade, que se estendia à época régia e compreendia os relatos sobre os reis, as lendas sobre as primeiras relações de Roma com os vizinhos etc.; uma seção propriamente mais histórica, que compreendia o período do fim do século VI a.C. até a primeira metade do século IV a.C., embora sintética, desenvolvida de forma contínua e não fracionada em unidades anuais e, finalmente, a própria e verdadeira narrativa analística da segunda metade do século IV a.C., mais extensa e detalhada à medida que se aproximava da época do autor que a compunha. Portanto, o esquema tripartido foi consequência de uma situação documentária, foi um método de composição que, enfim, também se transformou na idéia que os romanos tinham da própria história, como Tito Lívio evidencia no Prefácio:¹ o assunto é exposto primeiramente em um sumário de *primae origines*, a lenda anterior à funda-

ção e à própria fundação; *proxima originibus*, as épocas imediatamente sucessivas, a monarquia; *haec noua*, a época da ascensão de Roma, o percurso histórico de fato.

A analística silana ou pós-silana assumiu, dentre os seus cânones, as influências da monografia e da *historia*: de um lado a necessidade de compreender e isolar episodicamente o passado ao redor de eventos particularmente significativos e figuras importantes, de modo a interpretá-lo e descobrir o significado das vicissitudes precedentes e sucessivas – aquele significado que a trama analística, com todas as suas interrupções e a rigidez da unidade narrativa anual, talvez impedia de colher – do outro lado, a necessidade de analisar o presente, de “imersão” no próprio tempo cuja narrativa analística, com todas as suas minúcias documentárias, com as suas obrigações formais e sua longa segmentação, relegava esta análise à parte conclusiva, talvez deixando-a à sombra, como apêndice, a última entre várias subseqüentes. A monografia é a compreensão do passado e refere-se a um evento concluído; as *historiae* são a busca de uma correspondência com o presente e referem-se a eventos atuais, a uma história aberta. Esta é talvez uma definição apropriada da obra de Tito Lívio. A grande extensão da obra liviana (142 livros) pode ser o resultado desta integração de técnicas, da presença da narrativa monotemática no interior da elencação anual, a qual enriqueceu a obra de episódios e de figuras proeminentes, dilatando-a. Outra impressão é que tal fusão realizada por Tito Lívio, com consciência crítica, tenha sido preparada pela analística silana, uma analística revista e correta à luz dos novos gêneros e, em particular de *Valerius Antias*, o qual escreveu 75 livros e que Lívio utilizou muitíssimo como fonte, não tanto por consideração, visto que contesta seus dados sobre o número de inimigos derrotados, a quantidade de butim etc., mas por uma simpatia para com sua técnica de composição.

A impressão é que da analística arcaica articularam-se, num dado momento, os três gêneros e que a própria historiografia tornou-se, pois, com a consciência crítica de Tito Lívio, a combinação das três estruturas (anais, história e monografia). Lívio realizou a fusão entre a técnica monográfica e o relato contínuo, de ascendência analística. Desta forma, a historiografia arcaica encontrou a sua continuação em Lívio. É ele que “realiza na prática uma síntese completa da obra dos analistas” (Grimal 1994: 70).

(1) Pref. 4: Estou seguro que a maioria dos leitores pouco gostarão do relato das origens e dos acontecimentos que vêm imediatamente depois e terão pressa de chegar à época em que as forças de um povo tentaram se destruir (...*legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque originibus minus praebitura uoluptatis sint, festinantibus ad haec noua quibus iam pridem praeualentis populi uires se ipsae conficiunt.*).

Plano da obra e época de composição

Tito Lívio nasceu provavelmente em 59 a.C. em Pádua e faleceu em 17 d.C. no mesmo local, vivendo certo tempo em Roma. Foi o primeiro historiador latino que não pertencia à aristocracia senatorial. Escreveu durante grande parte da sua vida, pois compôs uma obra imensa (*Ab Urbe Condita*) de 142 livros que compreendem o período desde a chegada de Enéias à Itália até a morte de Druso, irmão de Tibério, em 9 a.C., mas somente uma parte chegou aos dias atuais (trinta e cinco livros).

Os estudiosos da obra liviana discutem a estruturação da mesma em décadas ou grupos de cinco livros. Para Walsh, Tito Lívio divide sua obra das duas formas. Segundo ele, o princípio da divisão a partir dos livros LI-LX é dado pela política interna do Império Romano, ou seja, “retrata os estágios do colapso moral que Tito Lívio sublinha no Prefácio (§ 9) ... o qual está de acordo com a divisão em décadas” (Walsh 1974: 9).² Segundo Syme (1988), os primeiros cinco livros constituem um grupo definido e distinto devido à presença de um novo prefácio no livro VI (VI, 1, 1-2). Os livros VI ao XV formariam uma década sob o argumento do renascimento de Roma após a catástrofe gálica e a conquista da Itália, portanto, “se Tito Lívio iniciou seu trabalho tendo em mente a subdivisão em décadas, esta rompeu-se sob a pressão do assunto” (Syme 1988: 11).

Para Bayet, “Lívio não faz menção a uma divisão da obra, o que não quer dizer que não teve, sobretudo no começo do seu trabalho, uma preferência para os grupos de cinco ou dez livros... Não somente os grupos, mas os próprios livros são desi-

guais... o número de anos em cada um oscila de quarenta e quatro a quinze anos, depois (a partir das Guerras Púnicas) entre três anos e quatro meses a oito meses” (Bayet 1947: XV-XVI). Segundo Luce, “a unidade estrutural básica de Tito Lívio foi o grupo de cinco livros ... Algumas vezes isso pôde se manter quase que independentemente (livros I-V, por exemplo) e às vezes um par de grupos de cinco livros formavam uma unidade (livros VI-XV e XXI-XXX)” (1993: 6).

Segundo Oakley, Lívio tanto pôde ter observado a divisão por décadas como por grupo de cinco livros, pois “a estrutura interpretativa e a base artística do trabalho de Lívio foi dada pela própria estrutura histórica, isto é, o modo pelo qual os eventos da história de Roma foram moldados dentro dos blocos de livros, cada um com seu próprio tema dominante” (Oakley 1997: 111). Não somente a estruturação da obra foi conduzida pelo assunto mas também o seu estilo, uma vez que Lívio usava de poeticismos e arcaísmos para aproximar seu leitor do clima da época que relatava. Portanto, o que se pode constatar é a presença de um tema central em cada livro e a existência de pontos decisivos para iniciar e encerrar os grupos, sejam eles em décadas ou não.

Ao se considerar o estilo e a organização detalhada do conjunto da narrativa liviana é preciso observar de antemão três aspectos de sua técnica: o caráter moralizante e o desejo de instruir da obra, expresso por intermédio dos *exempla*; a inserção de diálogos cujo interlocutor expressa os *exempla*, revelando na sua conduta as qualidades morais e (em última instância) os atributos da nação romana em contraposição aos adversários e, além disso, o fato de Tito Lívio reportar com regularidade e sutileza as idéias e as emoções dos personagens através do uso de termos abstratos (*gaudium, laetitia, maestria, pauor, terror, timor e trepidatio*) e no retrato que faz das multidões.

Além destes três aspectos, deve-se considerar a estrutura analítica da obra (os eventos são registrados anualmente com base nos colégios consulares); a composição por episódio (o material fornecido pelas fontes é moldado sob a forma de cenas individuais, ou seja, em episódios); os aspectos da sintaxe liviana presentes também no estilo analítico (uso de sentenças breves, participio passivo e uso da subordinação) e no estilo periódico (a narrativa consiste de um mosaico de sentenças de diferentes comprimentos); a narra-

(2) “Não há dúvidas que I-V formam uma unidade; VI-XV são dedicados ao período a partir da crise gálica até o início da Guerra Púnica (com uma subdivisão no fim do livro X que diz respeito à vitória sobre os samnitas); XVI-XX cobre a Primeira Guerra Púnica e suas conseqüências; XXI-XXX a Segunda Guerra Púnica; XXXI-XXXV a Segunda Guerra Macedônica; XXXVI-XL a guerra com Antíoco e XLI-XLV a Terceira Guerra Macedônica (...) Os livros LI-LX tratam dos anos da queda de Cartago à legislação de Caio Graco em 123-122 (Pref. 9 – *labente paulatim disciplina*); LXI-LXX tratam dos trinta anos entre os tribunatos revolucionários de Caio Graco e Lívio Druso (Pref. 9 – *ut mores magis magisque lapsi sint*) e LXXI inicia-se a partir da descrição do final da desintegração da República (Pref. 9 – *tum ire coeperint praecipites*) com o início da guerra social.” (Walsh 1974: 9).

tiva que conduz ao clímax por meio de sentenças curtas; considerar também o uso de vocabulário arcaico e poético a fim de tornar a narrativa mais dinâmica e o lugar ocupado por Tito Lívio na história da sintaxe latina: “a linguagem na qual a história de Tito Lívio é expressa marca uma das grandes inovações estilísticas que teve papel crucial na sustentação da recém e vibrante prosa latina” (Oakley 1997: 151).

Jane E. Phillips (1982), em seu artigo sobre os trabalhos publicados entre 1959-1979, referentes à primeira década, menciona a obra de R. M. Ogilvie intitulada *A commentary on Livy, Books 1-5* (1965), da qual abstrai duas questões que dizem respeito ao viés artístico de Lívio. Segundo ela, “Ogilvie identifica em Tito Lívio dois grandes problemas de teor artístico: criar e manter o interesse dos seus leitores pela época longínqua e impor uma certa unidade ao material incompleto e desarticulado de que dispunha. A solução de Lívio para o primeiro problema, de acordo com Ogilvie, foi fazer uso do seu alto treino retórico para recontar os eventos mais distantes numa linguagem que de um lado refletia a política e os debates da sua época – de modo a conceder relevância contemporânea ao passado distante – e do outro lado ressaltava o colorido, o entusiasmo e o apelo ao épico e ao dramático. A solução do segundo problema foi organizar o material de acordo com os princípios da construção dramática de modo a ilustrar verdades morais” (Phillips 1982: 1036).

Embora Lívio não traga referências precisas a eventos contemporâneos nos livros I-V – fato que resolveria a questão da época do início da composição da obra –, os demais livros solucionam-na. Provavelmente deve ter sido iniciada em 27 a.C., pois menciona o título de Augusto oferecido a Otaviano (IV, 20,7) e o segundo fechamento do Templo de Jano (I, 19, 3). Com relação aos livros VI-X, teriam sido compostos próximo do final de 30-25 a.C., pois faz alusão à conquista final da Espanha, a qual teria ocorrido entre 26-25 a.C. (XXVIII, 12, 2), menciona a paz e a concórdia do regime de Augusto (IX, 19, 17) e declara ter ouvido deste último o relato referente ao caso dos *spolia opima* (IV, 20, 5-11), datável de 28-27 a.C.

Propósito da obra

É interessante notar que a análise acerca do propósito da obra leva ao exame de outras ques-

tões diretamente ligadas a esta primeira, tais como: a concepção de história de Lívio, a natureza e o grau de relação entre ele e Augusto e o efeito disto na obra, a maneira pela qual concebeu sua informação e o seu trabalho de historiador.

Já desde o Prefácio, Tito Lívio explicita o seu conceito de história e o associa ao de memória, ao conceito de verdade e como fornecedora de exemplos. Nele, declara que não se propunha fazer uma crítica histórica acerca dos fatos, mas alcançar um fim de edificação moral ilustrando as virtudes do povo romano a partir de um enfoque recorrente na historiografia latina: relatar a história desde os inícios da cidade (Pref., 1), não a iniciando a partir do ponto que outro autor a encerrou – como fizeram Tucídides e Xenofonte – e com o objetivo de exaltar e justificar a proeminência romana (Pref., 3) manifesta desde as origens – mesmo que lendárias – da cidade (Pref., 4).

Sua concepção de história está atrelada à de memória, ou seja, lembrar aos mais altos feitos do primeiro povo do mundo,³ preocupando-se com a verdade,⁴ embora esta pareça ser relativa, uma vez que não afirma e nem contesta os acontecimentos mais longínquos (Pref., 6). Tito Lívio justifica esta atitude com o fato de que é concedida aos antigos a permissão de imiscuir o divino às ações humanas com a finalidade de tornar a origem da cidade mais venerável (Pref., 7). No entanto, o que realmente importa para justificar a grandeza do império é a vida e os costumes de outrora, os grandes homens e a política interna e externa (Pref., 9), ou seja, Lívio ao mesmo tempo que relata a história de Roma desde as origens, o faz para que os feitos sejam lembrados e para que sirvam de exemplo a

(3) Pref., 3: Seja como for, eu me sentiria feliz em dar minha contribuição para relembrar os mais altos feitos do primeiro povo do mundo (*Ut cumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi...*).

(4) Pref., 5: Quanto a mim, uma das recompensas que busco em meu trabalho é encontrar, enquanto estiver escrevendo sobre a antiguidade, um esquecimento dos males que durante tantos anos afligiram nossa época, e não ser obrigado àquelas precauções que costumam desviar o historiador da verdade. (...*ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca illa tota mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitum tamen efficere possit*).

situações posteriores.⁵ De certa forma, Walsh concorda em ser esta a concepção de história adotada por Lívio quando afirma que “ele não estava fundamentalmente interessado na minúcia exata da pesquisa e sequer na evolução do processo histórico impessoal. Para Lívio, a história é o campo de batalha dos costumes, a qual abastece a comunidade e os indivíduos de lições” (Walsh 1974: 34-35).

Na época em que compõe o Prefácio, Lívio critica e fornece indícios do método de trabalho de outros historiadores, embora não os nomeie: uns trazem e atêm-se a uma documentação mais segura, outros repassam com seu talento literário a inépcia de outros historiadores mais antigos (Pref., 2). Levando em consideração esta observação e a época em que a obra é composta, pode-se constatar que as considerações morais de Lívio, ao mesmo tempo que embelezam o passado, criticam o presente,⁶ ou seja, a moral presente na obra é a que vigorava na época em que a iniciou: o contraste entre a Roma virtuosa de outrora e a que a *ambitio* e a *avaritia* arriscavam levá-la à ruína, as quais, preparadas desde o primeiro terço do século II a .C, tomaram força entre o assassinato de César e o estabelecimento definitivo do principado. A alta qualidade do Prefácio também é apontada por M. Ruch na obra *Tite-Live, Histoire Romaine: Points de vue sur la Préface* – citado por Phillips (1982) – segundo a qual “além de o Prefácio enfatizar a combinação da historiografia tradicional e dos cânones da oratória com o sentimento pessoal de Lívio sobre a história e a função da historiografia, enfatiza também a combinação com a sugestão, no Prefácio, que a relutância inicial de Lívio em empreender a tarefa foi superada pelo seu desejo de glória e sua confiança nos efeitos terapêuticos de escrever história” (Phillips 1982: 1002).

(5) Pref., 10-11: O que a história oferece de saudável e fecundo são os exemplos instrutivos de toda espécie que se descobrem à luz da obra. Nela se encontram para teu benefício e de teu país, modelos a seguir... nenhuma outra nação foi maior, nem mais rica em bons exemplos. (*Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in illustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias... aut nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit*).

(6) Pref., 9: O relaxamento insensível da disciplina acarretou o relaxamento dos costumes, depois sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, nos quais a corrupção e seus remédios nos parecem insuportáveis.

Nas alusões que faz ao passado (como em I, 10, 7, por exemplo), insere-se a problemática do grau de relação entre Lívio e Augusto e o efeito disto na obra, uma vez que é notória a época em que foi composta, de acordo com os indícios fornecidos pelo próprio autor (em IV, 20,7 é mencionado o título de Augusto oferecido a Otaviano no ano 27 a. C. e o segundo fechamento do Templo de Jano em I, 19, 3), e a provável data do seu nascimento e morte (59 a.C. – 17 d.C.), ou melhor, viveceu o período Augustano enquanto compunha a obra.

A respeito da relação entre Lívio e Augusto e da ideologia do principado, existem duas vertentes: uma faz de Lívio um fiel porta-voz e propagandista do “slogan” ideológico do principado, enquanto a outra o vê como um nostálgico do regime republicano e um secreto opositor do novo regime, inserindo em sua obra polêmicas contra a nova política e contra a supressão da antiga liberdade.

Walsh concorda com esta última, pois enxerga Lívio como um “tradicionalista republicano por excelência” (Walsh 1974: 7), apoiando-se para tal na hipótese de que Tácito (Anais, IV, 34) o classifica como simpático a Pompeu e generoso em louvar Bruto e Cássio, o que demonstraria opinião própria frente ao regime augustano. Syme defende que “Augusto recrutou amigos e aliados dentre os adversários, pois muitos ainda viviam e ocupavam posições importantes, sem o consenso e apoio dos quais não poderia governar, o que tornou possível para Tito Lívio escrever como um *Pompeianus* sem medo de ser repreendido por Augusto” (Syme 1988: 56). Além do argumento já citado, Walsh expõe outros, tais como o fato de o Prefácio ser pessimista quanto ao ressurgimento imediato da moral (Pref., 9), a atitude política de Lívio refletida na avaliação do conflito das ordens sugerir o retorno ao governo senatorial da República (II, 9, 7; II, 11; III, 29, 8 e IV, 20, 5) e o fato de as referências a Augusto serem respeitadas mas não apologéticas e adulatórias. Portanto, segundo Walsh, “Lívio não empresta conscientemente (grifo meu) seu serviço de escritor à consolidação do regime augustano” (Walsh 1974: 6).

Por outro lado, Lasserre afirma, sem maiores explicações, que “na corte de Augusto, Tito Lívio sofre a influência das idéias em voga, idéias que o príncipe encorajava, as quais contribuem para determinar sua vocação e o caráter de sua obra” (Lasserre s.d.: IV). Segundo P. Fedeli – citado

por Hans Aili – isto estaria refletido no uso que Lívio faz de termos poéticos e arcaicos através de todo o seu trabalho, “não meramente devido às tradições estilísticas do gênero literário, mas devido a uma tentativa consciente de fornecer suporte às reformas políticas e morais do programa de Augusto. Como Horácio e Virgílio, principalmente, Lívio desejava relatar a glória da antiga Roma por motivos ideológicos: ‘clara é a sua intenção de demonstrar que os costumes, tradições e instituições antigas representam o fundamento do Império e o pressuposto necessário para o seu desenvolvimento e para a sua sobrevivência’” (Aili 1982: 1129).

Pode-se dizer que, de certa maneira, o moralismo de Tito Lívio se enquadrava no moralismo oficial na medida em que o estabelecimento do principado não representou somente uma mudança na condição civil e política, mas também ética e religiosa. A política oficial de Augusto ateu-se a uma revalorização do passado e à restauração da moral – conspurcada por anos de guerras civis – e da antiga religião tradicional, ingredientes que Tito Lívio tanto admirava e exaltava no passado romano. Neste prisma – que coincide com os primeiros livros –, ainda não era possível para Lívio ver concluída a época da liberdade e, portanto, a restauração de Augusto podia nutrir nele a ilusão de que tal época pudesse prosseguir na nova forma do principado. Entretanto, a ilusão foi breve, pois, já a partir do terceiro livro, não faltam condenações aos tempos modernos (tais como em III, 20, 5 e IV, 6, 12).

Em suma, “Tito Lívio fundamentou sua história sobre o elogio da sobriedade e da dignidade moral, estendendo-se com vagar sobre os períodos que lhe ofereciam os mais belos exemplos” (Bayet 1947: LX). Não se interessava pelos fatos do passado por eles mesmos, mas por causa da exemplaridade moral que possuíam. Também seu método de historiador não é o de procurar os documentos primários, mas de modelar segundo suas próprias exigências o material que encontrava em outro historiador.

Método historiográfico

Muito da documentação que Tito Lívio utilizou não é original, mas sim de segunda mão. Raramente explicita as fontes que decidiu seguir, ao passo que as menções genéricas são mais abun-

dantes.⁷ Isto indica uma certa consciência frente às poucas discrepâncias entre as fontes, o que permite inferir que a tradição usada era relativamente homogênea.

No conjunto total da obra, usou como fonte os poetas, os analistas e Políbio. Este último, principalmente no que diz respeito aos acontecimentos da África, Grécia e Oriente, ou melhor, para compor a terceira, a quarta e a quinta décadas, talvez pelo fato de Lívio ter sido um indivíduo sem experiência em campanhas militares ou um “historiador de gabinete” (Girod 1982: 1198) que pudessem tê-lo levado a conhecer outras regiões, como foi o caso de Políbio, além de ter tido consciência que a partir do momento que a história romana ultrapassou a península, tornando-se mediterrânea e mundial, as fontes analísticas não eram mais suficientes para desenvolver os acontecimentos extra-italicos.

Entretanto, é preciso levar em consideração que era costume na antiguidade retomar o que já fora escrito por outro historiador sem verificar a autenticidade (IV, 23, 1-3 e IV, 13, 7) – outro indício de seu método como historiador. Ao não recorrer aos documentos originais, levava em consideração os seguintes critérios para selecionar suas fontes: dava preferência ao maior número de testemunhos coincidentes entre elas (I, 24, 1; II, 32, 2-3 e VI, 42, 4); preferia os testemunhos mais antigos aos mais recentes (IV, 34, 6; VII, 9, 4; VIII, 30, 7 e XXII, 7, 4) e, em determinados momentos seguia uma única fonte, não usando todas arbitrariamente (VIII, 40, 3-5 e XXIX, 25, 2). Segundo

(7) Livro VI: VI, 1, 1-3; VI, 2, 8; VI, 8,3; VI, 12, 3; VI, 12, 6; VI, 18, 16; VI, 20, 4; VI, 20, 6; VI, 20, 12; VI, 33, 5; VI, 38, 9; VI, 39, 4.

Livro VII: VII, 1, 8; VII, 3, 3; VII, 6, 6; VII, 10, 5; VII, 18, 2; VII, 18, 2; VII, 22, 3; VII, 26, 15; VII, 27, 9; VII, 42, 1-7.

Livro VIII: VIII, 6, 1; VIII, 6, 3; VIII, 6, 9; VIII, 9, 1; VIII, 10, 8; VIII, 11, 1; VIII, 11, 2-4; VIII, 18, 1; VIII, 18, 2; VIII, 18, 11; VIII, 20, 4; VIII, 20, 6; VIII, 23, 17; VIII, 26, 6; VIII, 30, 7; VIII, 37, 3; VIII, 37, 4; VIII, 38, 10; VIII, 40, 1-3.

Livro IX: IX, 3, 9; IX, 12, 5; IX, 15, 8; IX, 15, 9-11; IX, 16, 1; IX, 16, 11; IX, 16, 19; IX, 17, 1-2; IX, 17-19; IX, 23, 5; IX, 27, 14; IX, 28, 5-6; IX, 36, 2; IX, 36, 6; IX, 37, 11; IX, 41, 4; IX, 42, 1-3; IX, 44, 3-4; IX, 44, 7-8; IX, 44, 15.

Livro X: X, 2, 3; X, 3, 4; X, 5, 13; X, 5, 14; X, 6, 7-8; X, 7, 1; X, 7, 3; X, 11, 9; X, 11, 10; X, 17, 11; X, 18, 7; X, 19, 13; X, 19, 17; X, 21, 8; X, 25, 12-13; X, 25, 17; X, 26, 5-6; X, 26, 10; X, 26, 12; X, 30, 5-6; X, 30, 7; X, 38, 5-13; X, 41, 5; X, 42, 6; X, 46, 7.

Luce, “este fato não significa somente que Tito Lívio é um espelho fiel de uma única fonte, mas também – desde que ele não possuía perspicácia crítica para resolver os problemas que eram inerentes à combinação de várias delas – que ele era um espelho fiel das diferenças entre as fontes e, conseqüentemente, também do ponto onde foi efetivada a mudança de uma para a outra” (1993: XXII).

Bayet (1947) e Lasserre (s.d.) concluem com pontos de vistas diferentes o mesmo problema dos métodos historiográficos livianos. Bayet (1947: XLI-XLIII) nota uma evolução à medida que avança a narrativa, pois vê nela uma crítica, de início lenta, às fontes, necessitando citá-las em caso de divergência (X, 5, 14 e X, 26, 5-7), ao passo que para Lasserre (s.d.: XXXIII), o método de Tito Lívio é incerto, uma vez que em certas passagens mostra um espírito crítico e em outras uma indiferente procura pela verdade, principalmente porque quando encontrava indicações divergentes, se contentava em indicá-las, sem escolher uma e nem discuti-las. Para apoiar tal opinião, Lasserre baseia-se nas mesmas passagens usadas por Bayet.

Lívio pôde ter organizado a estrutura básica dos livros a partir do seu próprio conhecimento geral da história de Roma sem a inspeção detalhada de alguma fonte. Entretanto, para a configuração de pequenas porções ou minúcias da narrativa, o conhecimento do trabalho de escritores mais antigos foi necessário.

Fontes utilizadas

Com relação às fontes nomeadas por Lívio nos livros VI ao X, destacam-se *Licinius Macer* (VII, 9, 3-5; IX, 38, 16; IX, 46, 2-3 e X, 9, 10-12), *Claudius Quadrigarius* (VI, 42, 5-6; VIII, 19, 13; IX, 5, 2-5 e X, 37, 13-16), *Fabius Pictor* (VIII, 30, 9 e X, 37, 13-16), *Lucius Calpurnius Piso* (IX, 44, 3 e X, 9, 10-12), *Aelius Tubero* (X, 9, 10-12), *Cincius* (VII, 3, 7) e *Valerius Antias*, nunca citado explicitamente por Tito Lívio nos livros VI-X. Dentre estes, apenas *Cincius* era um antiquário, e os demais, todos pertencentes à chamada tradição analística romana, depreendendo-se que retirava quase inteiramente dali seu material. Devido à natureza fragmentária das obras destes que chegaram até à atualidade, foi possível atribuir duas passagens, não nomeadas por Tito Lívio, a *Claudius Quadrigarius* e *Lucius Calpurnius Piso* (VII, 9, 6-10 e IX, 46, 1-15; respectivamente).

Os fragmentos que possuímos dos analistas é amplo (cerca de 61 fragmentos) e compreendem diversos temas, principalmente aspectos da vida religiosa: celebrações, rituais que às vezes são simplesmente mencionados e às vezes extensos e detalhados; descrições de lugares consagrados, desconsegados ou saqueados; notícias sobre construção de templos e imagens; são relatadas regras da vida cultural, com elencos de prescrições e instruções de colégios. Uma atenção considerável é conferida a alguns episódios particulares: sacrifícios propiciatórios, práticas mágicas que suscitavam ligação direta com a divindade, sonhos, presságios e vários prodígios, sempre atrelados a personagens eminentes ou a momentos cruciais das guerras.

Constatado que Tito Lívio obteve as informações do período entre 389-293 a.C. – o que corresponde aos livros VI ao X – dos antigos analistas, torna-se imprescindível o estudo da tradição analística como pré-requisito para avaliar a confiabilidade em seu trabalho como historiador. A primeira consideração é discutir a maneira pela qual foi preservada (na historiografia) a informação verídica usada pelos analistas, ou seja, identificar nestes as fontes que utilizaram e como estas chegaram a Lívio.

A tradição oral pode ter sido preservada através de *Fabius Pictor*, principalmente com relação às Guerras Púnicas – uma vez que viveu e escreveu sua *História de Roma* (em grego) no século II a. C. – e para os períodos mais recuados, dada a natureza lendária das origens, dos reinados e de muitas instituições romanas.

As Tábuas Pontifícias provavelmente foram o material de base dos analistas pelo fato de proporcionarem-lhes uma estrutura cronológica (anual) e factual – tanto de eventos religiosos como políticos – e por registrarem o nome dos magistrados em exercício. Neste aspecto, Tito Lívio reconhece a importância deste material (VI, 1,1; VIII, 18, 11-12 e XXVII, 8, 8-9). Naturalmente poderiam ter sido adulteradas ou falsificadas, mas é improvável que o tenham sido por anos a fio, portanto, são um material confiável que se acredita estar contido na informação factual da narrativa liviana. Além das Tábuas Pontifícias, nos *libri lintei* (livros de linho) também eram registrados anualmente os magistrados em exercício, porém, estes são citados apenas no livro IV (IV, 7, 11-12; IV, 13, 7; IV, 20, 8 e IV, 23, 1). Talvez foram usados por *Licinius Macer* para o período anterior a 389 a.C. (data do incêndio gaulês em Roma) dada a incerteza das Tábuas Pontifícias para esta época.

Os arquivos familiares podem ter provido os analistas de muitas informações mas trazem o problema da adulteração. A disputa por prestígio e honras políticas entre a elite pode ter levado as famílias mais ilustres a enaltecer um antepassado com o propósito de legitimarem seu prestígio. Entretanto, o fato de Lívio comentar a discordância entre as fontes leva a crer que isto não afetou substancialmente o período considerado (VIII, 40, 4-5 e XXIX, 25, 2). Não se pode perder de vista também o fato de que o primeiro historiador de Roma ser um *Fabius (Pictor)*, uma das mais influentes e importantes *gens (Fabii)* do período Republicano (VIII, 30, 9 e X, 9, 11-13). No entanto, contra este problema, os escritores da época tinham outras fontes que possibilitavam a comparação entre as informações (Tábuas Pontifícias, Fastos Triunfais e inscrições) e, conseqüentemente, o questionamento dos registros familiares. Isto leva a crer que “ainda que haja boas evidências para não confiar nos relatos familiares, não há razão para acreditar que isto destrua totalmente a credibilidade do registro de Tito Lívio para os anos 389-293 a.C.” (Oakley 1997: 33), uma vez que este comenta a discordância entre as fontes (VIII, 40, 4-5).

Quanto às inscrições que datassem do século IV a. C. (período que engloba os livros VI-X), dificilmente os analistas tiveram acesso aos originais devido à destruição causada pelo saque e incêndio gaulês, atendo-se a cópias mais ou menos apuradas (VII, 3, 7). Estátuas, monumentos e localidades foram referências muito usadas pela tradição analítica e por Tito Lívio para confirmarem suas narrativas (VIII, 19, 4), mas também é difícil que tivessem sobrevivido até a época em que os romanos escreveram sobre sua história. O que pode ter ocorrido é que monumentos cujo significado era incerto ou que se referiam a heróis que o tempo tornou lendários, levaram as gerações posteriores a pensar que eram produtos genuínos de épocas mais antigas (VII, 6, 5; VIII, 14, 12 e VIII, 15, 8). “Numa completa subversão dos fatos, estes tornavam-se os documentos que garantiam a historicidade ou a credibilidade das lendas ou das histórias que se arraigavam” (Oakley 1997: 36).

Com relação às fontes gregas, é notório que no século IV a.C. a historiografia grega florescia e que provavelmente os analistas romanos tiveram acesso a crônicas locais, principalmente da Magna Grécia. A influência destas deve ter sido maior para o período da realeza (dada a escassez de ma-

terial) e menor nos livros VI-X, com exceção do episódio do assalto romano a Neápolis em 327-26 a. C. (VIII, 7, 26).

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à análise interna das fontes para, desta forma, avaliar a extensão das mesmas na tradição analítica e demonstrar que as informações sobreviveram com uma certa abundância e, portanto, provar que o perfil da narrativa liviana é bem fundamentado.

É possível perceber que, embora Lívio afirme que suas evidências são mais seguras, a partir do livro VI⁸ a quantidade e a qualidade das informações aumenta conforme a progressão da narrativa. Além disso, é preciso levar em consideração que Tito Lívio era seletivo nas suas informações, reportando o que lhe era útil.

Nada induz mais otimismo que as poucas controvérsias (VII, 18, 10 e VIII, 22, 1) a respeito dos cônsules em exercício para os anos do século IV a.C. A unanimidade das fontes é devida à existência dos registros oficiais (Tábuas Pontifícias, Fastos Triunfais e Fastos Capitolinos). O fato de que muitas vezes seus informados do dia em que os cônsules assumiram (VIII, 20, 3) confirma a hipótese que a informação constava em registros oficiais. O mesmo ocorria com os ditadores, existindo poucas controvérsias (IX, 28, 2-8 e IX, 29, 3). Com relação aos comandantes das cavalaria, constata-se que poucos não obtiveram o consulado ou a ditadura, o que induz a pensar que teria sido um cargo atribuído a determinados indivíduos para enobrecer sua família. Entretanto, segundo Oakley, “a presença de plebeus entre eles é uma garantia da autenticidade da lista dos *magistri equitum*” (1997: 45)

(8) VI, I, 1-3: Em cinco livros expus os feitos realizados pelo povo romano desde a fundação de Roma até sua conquista, história que abrange primeiro o domínio dos reis e, em seguida, o dos cônsules, dos ditadores, dos decênvros e dos tribunos consulares. Relatei as guerras no exterior e as discórdias civis. É uma história demasiado obscura, em parte por sua antigüidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela insuficiência e raridade de documentos escritos na época. Única testemunha fiel dos feitos passados, uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices e outros monumentos públicos e privados foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade. A partir deste ponto, relatarei com maior clareza e segurança os acontecimentos ocorridos após o ressurgimento da cidade que, por assim dizer, nasceu novamente com mais vigor e fecundidade.

e, quanto a isto, Lívio cita apenas uma controvérsia entre suas fontes (X, 3, 3-8).

Provar a autenticidade dos *interreges* é mais problemático. Na maioria das vezes os *interregna* ocorriam após períodos de anarquia, após prodígios ou quando eram alegadas falhas na tomada dos auspícios pelos magistrados (forçando sua renovação) e nos anos que se seguiam a consulados plebeus (355, 352, 351 e 343 a.C.), constituindo justamente uma manobra para interromper a continuidade destes. No entanto, segundo Oakley, “nada demonstra melhor a autenticidade dos *interregna* que X, 11, 10, ou seja, o fato de a fonte de Tito Lívio não saber porque houve um *interregnum* é uma garantia da sua autenticidade... se as Tábuas Pontifícias e outros registros antigos realmente continham o nome dos magistrados, poderiam conter o nome dos *interreges*” (1997: 47-8).

Outras informações gerais aparecem nas fontes usadas pelos analistas e, portanto, têm maior probabilidade de serem verídicas. São as que dizem respeito às pestes e epidemias – *pestilentiae* (VI, 20, 15-16; VI, 21, 1-6; VII, 1-7-8; VII, 2, 1; VII, 3, 1-4; VII, 27, 1; VIII, 17, 4; VIII 18, 1-2; VIII, 22, 7; IX, 28, 6; X, 31, 8 e X, 47, 6); purificações – *lectisternia*;⁹ – consultas aos livros sibilinos (VII, 27, 1); jogos votivos (VIII, 40, 2); preces – *supplicationes* – (VII, 28, 8; VIII, 33, 20; X, 21, 6; X, 23, 1; X, 45, 1 e X, 45, 7); prodígios (VII, 6, 1-6; VII, 28, 7-8; VIII, 18, 11; X, 23, 1 e X, 31, 8); promessas – *vota* –, construção e consagração – *dedicatio* – de templos (VI, 5, 8; VI, 34, 1-42; VII, 28, 4; IX, 31, 6-16; IX, 43, 25; IX, 46, 6-7; X, 1, 9; X, 19, 17-21; X, 29, 14; X, 31, 9; X, 33, 9; X, 36, 11; X, 37, 15-16; X, 46, 7 e X, 46, 14), todas informações relatadas nas Tábuas Pontifícias.

Pode-se concluir que foram vários os caminhos pelos quais as informações verídicas e confiáveis devem ter sido transmitidas para os analistas e dali para Tito Lívio e que é possível provar que uma parcela substancial da narrativa liviana foi inventada, tal como fizeram os analistas. Por isso, faz-se necessário tentar compreender a natureza deste procedimento.

Os fragmentos que restaram dos analistas permitem demonstrar que nem sempre produziram

narrativas tão longas como a de Tito Lívio e que com o passar do tempo ampliaram a essência do fato em prol de uma historiografia moralizante e pragmática, em prol do crescimento da autoconsciência artística da literatura e devido à influência da retórica.

A ampliação da narrativa foi efetuada por meio do detalhamento, do uso de narrativas que tendiam ao maravilhoso, ao sensacional e ao emocional, influência dos historiadores gregos. Segundo Oakley, “foi somente com Tito Lívio que os cânones literários da historiografia grega foram aplicados com sucesso para a Roma Antiga” (1997: 75).

O detalhamento era um recurso usado para tornar a narrativa e a reconstrução do passado mais plausíveis. Nesta perspectiva, constata-se que o trabalho dos historiadores antigos também pode ser considerado como um criativo trabalho de arte literária dado o embelezamento conferido aos fatos. Neste caso, Tito Lívio tende para o ilegitimamente preciso, ou seja, “alguns historiadores antigos acreditavam que para a narrativa ser satisfatória e envolvente, tinha de parecer particularmente plausível e real, efeito obtido por meio da riqueza de detalhes... Este apreço pelo detalhe não era problema quando uma fonte antiga proporcionava tudo o que necessitavam mas, se não havia informação, ela tinha de ser inventada e inventada com plausibilidade” (1997: 6). A saída era usar a imaginação, mas não de modo aleatório. Assim como os historiadores de hoje fazem inferências plausíveis de suas evidências, também os analistas inferiam do que acreditavam ter acontecido. Entretanto, seu conceito de plausibilidade era modelado pelo treino retórico e literário que possuíam, por exemplo, quando escreviam sobre uma disputa no Senado, criavam uma narrativa baseada no que sabiam ser corriqueiro como procedimento senatorial. Conseqüentemente, isto levou a uma padronização dos eventos, fato que explica a similaridade de inúmeras descrições (tais como em IX, 20, 4 e IX, 20, 7-10 e em X, 3, 2 e X, 13, 1), das quais a mais marcante diz respeito à narrativa das três *deutio* executadas por três membros da família dos Décios – a primeira em VIII, 9, 4-13 (340 a.C.), a segunda em X, 28, 12-18 (295 a.C.) e a terceira nos *Periochae* (resumos dos livros perdidos).

Além destes mecanismos de ampliação da narrativa, os analistas e também Tito Lívio deturparam-na ao cometerem anacronismos topográficos (I, 38, 6 e I, 56, 2) e de terminologia política e

(9) O primeiro ocorreu antes do saque gálico (V, 13, 6), seguido do terceiro (VII, 2, 2). Tito Lívio não faz menção ao segundo.

econômica.¹⁰ Na sua reconstrução imaginária, Tito Lívio e suas fontes parecem não ter tido uma clara compreensão de como a Roma do século V e IV a.C. era diferente da Roma do final da República. Desta forma, transpuseram fatos da história mais recente para estes séculos. Há razões para justificar este erro devido à similaridade de alguns temas políticos durante o início e o fim da República (em ambas as épocas Roma era agrária, existiram conflitos entre ricos e pobres, a aristocracia tentava manter a exclusividade de alguns cargos e os demais grupos tentavam quebrar este monopólio, além de famílias poderosas que mantiveram seu prestígio por gerações – *Aemili*, *Fabii*, *Valerii*, por exemplo –, o que poderia ter feito com que os analistas confundissem as ações dos membros destas famílias em diferentes períodos) e devido ao forte tom moral inerente à tradição historiográfica romana – o desejo de ensinar lições por meio dos *exempla*.

Além disso, outra questão crucial no estudo da tradição analítica é verificar o quão longe os analistas distorceram e perverteram deliberadamente a verdade em prol de intenções nacionais ou político-partidárias. Para tal, faz-se necessária a análise das fontes de Tito Lívio em separado, enfocando os problemas que estas apresentam.

Embora Lívio não tenha citado *Valerius Antias* nos livros VI-X, não significa que não o usou. É mencionado um *Antias* em pleno contexto da Guerra contra Aníbal (XXIII, 34, 9), o que leva a crer que *Valerius Antias* tenha inventado um ancestral para enaltecer sua família. Repetidamente Lívio revela que *Antias* “aumentava” o número de inimigos (III, 5, 12-13; XXXIII, 10, 8; XXXIII, 36, 13; XXXVI, 38, 6 e XXXVII, 60, 6), o número de homens sob o comando de um pretor (XXXIX, 41, 5) e a quantidade de dinheiro de um triunfo (XLV, 40, 1-2 e XLV, 43, 8), mas o exemplo mais ultrajante encontra-se em XXVI, 49, 1-2.¹¹ Inventou batalhas com vi-

tórias romanas (XXX, 19, 11; XXX, 24, 7 e XXXII, 6, 5-8), documentos (os livros de Numa, nos quais dá mais detalhes que seus predecessores), seu sensacionalismo levou-o a inventar rumores da captura de Lívio e Públio Cipião e uma grande derrota romana (XXXVII, 48, 1-7) e, usualmente, exaltou a posição proeminente dos *Valerii* em suas fontes (II, 30, 5; VII, 32, 1-38; VII, 38, 4-42 e VIII, 9, 4). “Ainda que os estudiosos dos primeiros livros de Tito Lívio possam sossegar do fato que este estava ciente das faltas de *Antias*, não podemos estar certos de que ele sempre tomou a devida precaução ao usá-lo. Mas ainda que as cenas de batalhas e as notícias arquivais fossem ambas vulneráveis às mentiras plausíveis de *Antias*, é um consolo que poucas das discordâncias citadas por Lívio tocam o que podemos chamar de ‘alma’ da sua narrativa” (Oakley 1997: 91-2). Quanto a *Licinius Macer*, Lívio está convencido de que inventou uma carreira para *Gneus Flavius* (IX, 46, 3), uma cena eleitoral envolvendo *F. Rullianus* (X, 9, 10) e certamente acentuou as tendências pró-plebeias da família dos *Licinii* (VII, 9, 3-5).

Claudius Quadrigarius foi capaz de superar *Antias* na invenção de dados numéricos e acreditou no historiador grego *Acilius* com relação ao fato de que Cipião falou com Aníbal em Éfeso (XXXV, 14, 5-12). Entretanto, a confrontação com algumas inscrições no Capitólio sugerem, que malgrado sua falha no assunto das altas cifras, a qualidade do seu trabalho era superior ao de *Antias* (XXV, 39, 12-17 e XXXIII, 36, 13).

Fabius Pictor foi o primeiro historiador romano a escrever, por volta de 200 a.C., uma narrativa de forma contínua. Acredita-se que obteve o material para empreender tal tarefa da tradição oral, fato que explicaria a presença de episódios lendários na história romana, principalmente a respeito da origem da cidade, conforme citado anteriormente.

Conclusão

Segundo Oakley, “os estudiosos da obra têm adotado grande variedade de posicionamentos para

(10) Os termos que surgem e dizem respeito a momentos específicos do final da República são os seguintes: *populares* (VI, 11, 7); *optimates* (VI, 39, 6) e *homines novi* (VII, 1, 1; VII, 15, 13; IX, 26, 11).

(11) **XXVI, 49, 1-2:** Cipião convocou então os reféns das cidades da Espanha; quanto a seu número, hesito em escrevê-lo, pois hora encontro que eram trezentos, ora três mil setecentos e vinte e quatro. Também em outros pontos discordam os autores. Afirma um que a guarnição púnica contava dez mil homens, outro sete mil, outro ainda dois mil no máximo: para os prisioneiros, dão as cifras de dez

ou vinte e cinco mil; para os “escorpiões” grandes e pequenos, eu escreveria que se tomaram cerca de sessenta se seguisse o historiador grego Sileno, se seguisse Valério Âncias seis mil grandes e treze mil pequenos. A tal ponto a mentira não conhece limites!

analisar a credibilidade da narrativa liviana, desde a hipercrítica de Beloch à credibilidade em moda atualmente na Itália⁴⁶ (Oakley 1997: 100).

Entretanto, não há medida para distinguir o verdadeiro do falso em Tito Lívio. O que se pode apreender desta análise é que o que prevaleceu da analística e da deturpação de muitos dos detalhes narrativos nos Livros VI-X podem ser o resultado de invenções mais ou menos plausíveis. “Feitos não necessariamente verídicos, nem tampouco necessariamente falsos, porém cuja consideração particular revelará seu valor em cada caso” (Heur-

gon 1982: 283-284.) todavia, uma porção substancial de informações verídicas está contida na narrativa liviana. Ou melhor, rotular a narrativa liviana de ser totalmente fantasiosa constitui um erro. Um exame cuidadoso e uma avaliação individualizada dos episódios – em vez de uma teoria geral – é mais útil para decidir a favor ou contra a exatidão do que é relatado.

Este estudo de caso demonstrou que a documentação textual apresenta problemas tal como a documentação material se não mais -, embora sejam problemas de natureza diferente.

CUTRO, L. Material sources and written sources: case study of Livy's *Roman History*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9: 127-141, 1999.

ABSTRACT: This article draws a parallel between the question of interpretation of the material sources and that of the written ones, from an analysis of Livy's "*Roman History*" to demonstrate that the latter ones, though seemingly less problematic and more immediate, give rise to interpretation problems due to their manipulation and distortion.

UNITERMS: Sources – Livy – *Roman History*.

Fonte

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction par Jean Bayet et traduction par Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1947. Tome I, Livre I.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Jean Bayet. Paris: Les Belles Lettres 1966, Tome VI, Livre VI.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction et notes par Jean Bayet. Traduction par Raymond Bloch. Paris: Les Belles Lettres. 1968, Tome VII, Livre VII.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Raymond Bloch et Ch. Guittard. Paris: Les Belles Lettres. 1987, Tome VIII, Livre VIII.

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1988, Volume primo (Libri I-II).

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1989, Volume terzo (Libri V-VII).

TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione e repertorio di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli. 1989, Volume quarto (Libri VIII- X).

Referências bibliográficas

AILI, H.
1982 Livy's Language. A Critical Survey of Research. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 1122-1147.

BAYET, J.
1947 *Tite-Live. Histoire Romaine*. Tome I, Livre I. Introduction par Jean Bayet et traduction par Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres.

- GIROD, M.R.
1982 La géographie de Tite-Live. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 1190-1229.
- GRIMAL, P.
1994 *La Letteratura Latina*. Roma: Tascabili Economici Newton.
- HEURGON, J.
1969 *Rome et la Méditerranée occidentale jusqu'aux guerres puniques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LASSERRE, E.
s.d. *Tite-Live. Histoire Romaine*. Introduction, traduction et notes par Eugène Lasserre. Paris: Garnier.
- LE GOFF, J.
1990 Documento Monumento. *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- LUCE, T.J.
1993 *Livy: The Composition of His History*. Princeton: Princeton University Press.
- McDONALD, A.H.
1957 The stile of Livy. *Journal of Roman Studies*. London, Society for the Promotion of Roman Studies, XLVII: 155-172.
- OAKLEY, S.P.
1997 *A Commentary on Livy. Books VI-X*. Vol. I. New York: Oxford University Press.
- PHILLIPS, J.E.
1982 Current research in Livy's First Decade: 1959-1979. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin/New York, Walter de Gruyter, XXX (2): 998-1057.
- SACCHETTI, L.
1996 *Prodigi e cronaca religiosa. Uno studio sulla storiografia Latina arcaica*. Roma: Atti della Accademia Nazionale dei Lincei.
- SYME, R.
1989 *Tito Livio. Storia di Roma*. Volume I (Libri I-II). Saggio di Ronald Syme. Note di Claudio Moreschini. Traduzione e repertorio di Mario Scándola. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli.
- WALSH, P.G.
1974 *Livy. Greece and Rome*, n.15. Oxford: Clarendon Press.

Recebido para publicação em 28 de maio de 1999.